

PODER

Inelegível até 2030 e ante a investida de nomes da direita para as eleições de 2026, ex-presidente muda de ideia sobre não querer os filhos na corrida ao Palácio do Planalto. Em entrevista, Eduardo afirma que aceitaria o “sacrifício” de se candidatar

As dúvidas no clã Bolsonaro

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de rechaçar a possibilidade de apoiar um dos filhos para a corrida ao Palácio do Planalto em 2026, o ex-presidente Jair Bolsonaro recuou. Como está inelegível, ele avalia respaldar o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Eduardo — que esteve em Washington para a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mas ficou de fora do evento principal — apareceu ao lado do pai, ontem, em entrevista à *Revista Oeste*. A publicação, de extrema-direita, havia anunciado que a conversa seria apenas com o ex-presidente.

Em diversos momentos da entrevista, Bolsonaro fez questão de passar a palavra para o filho e deixar que ele opinasse sobre os assuntos abordados.

Embora negue publicamente, o deputado está confortável com a possibilidade de ser candidato em 2026. No último domingo, véspera da posse de Trump, esteve em um evento com figuras de extrema-direita em Washington. Na ocasião, Steve Bannon (ex-assessor do presidente norte-americano), se referiu a ele como “futuro presidente do Brasil”.

Ontem, depois de ser indicado pelo pai como possível substituto, ele disse que aceitará o “sacrifício”, se for necessário. “Vejo esses comentários como elogio, mas meu plano A, B e C seguem sendo Jair Bolsonaro. Mas, se ocorrer, se for para ser o candidato com ele escolhendo, eu me sacrificaria, sim”, disse o deputado em entrevista ao jornal *O Globo* de ontem.

Sem saída

Em ocasiões anteriores, Bolsonaro chegou a desautorizar Eduardo quando este cogitou a

Reprodução/You Tube



Bolsonaro deu entrevista ao lado de Eduardo e fez questão de passar a palavra para o filho, deixando que ele opinasse sobre as questões abordadas

possibilidade de se candidatar no lugar do pai. O discurso, no entanto, mudou. Com duas condenações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e inelegível por oito anos, o ex-presidente começa a ficar sem alternativas.

Nesta semana, Bolsonaro criticou eventuais candidatos de direita para 2026, citando os de “pouca idade” e os que seriam a “direita limpinha”. Ele fez as declarações um dia depois de o coach Pablo Marçal, ex-postulante à Prefeitura de São Paulo, ter se referido ao deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) como “presidente do Brasil em 34?”

Para o ex-presidente, é

vantajoso que o candidato seja um familiar, como avalia o professor de ciência política Adriano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ele pondera, no entanto, que a tendência é que o ex-presidente adote uma estratégia similar à do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018: se apresente como candidato até ser obrigado a apoiar outro nome. “Ele não desistirá. Continuará com declarações dúbias como essas que deu. Uma hora ele apoia a esposa, outra hora apoia os filhos. Outra hora ele dirá que será ministro da Casa Civil. Isso sugere desespero e sugere que ele não vê saída”, avalia.

Michelle Bolsonaro

Entrevista à CNN, nesta semana, Bolsonaro havia sido perguntado sobre uma série de possíveis nomes para uma candidatura de direita em 2026. Rejeitou todos (embora tenha elogiado alguns), menos o da esposa, Michelle Bolsonaro. Aos risos, condicionou o apoio, no entanto, a ser nomeado por ela como ministro-chefe da Casa Civil.

Oliveira acredita que o comportamento do ex-chefe do Executivo pode ter impacto negativo para a direita. “Para ele, individualmente, essa posição é correta. Desse modo, consegue interferir nas decisões para senador, para deputados estaduais e federais. Porém, para a direita, é muito ruim. Porque a direita vai ficar esperando o Bolsonaro, e ele vai se decidir no último minuto. Esse é o equívoco da direita”, pontua. “A melhor estratégia para a direita é se afastar do bolsonarismo, esquecer o bolsonarismo, abraçar a democracia e, conseqüentemente, fazer uma oposição econômica ao

presidente Lula. Esse é o papel da direita nesse instante, inclusive, falando até em renovação do país”, completa.

Para Oliveira, esse pode ser o principal trunfo de uma eventual candidatura à reeleição do petista. “Apesar dos desafios de comunicação do presidente Lula e dos desafios na economia, ele segue favorito à reeleição por causa desse equívoco estratégico da direita.”

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral duas vezes, em dois processos diferentes. A primeira foi em junho de 2023 e a segunda, em outubro daquele ano.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

GDF condecora coronel investigada pela PF

» RENATO SOUZA

O Governo do Distrito Federal condecorou, nesta semana, com a Medalha Mérito Integração de Segurança Pública, a tenente-coronel Kelly de Freitas Cezário, da Polícia Militar do DF. A oficial é investigada pela Polícia Federal por suspeita de tentar combinar depoimento de um réu que é alvo do inquérito sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

Kelly teria entrado em contato com a esposa do major Flávio Silvestre de Alencar para alinhar estratégias de defesa com o ex-comandante-geral da PMDF coronel Fábio Augusto Vieira, também investigado.

A condecoração foi publicada no Diário Oficial do DF na última segunda-feira.

Em 8 de janeiro de 2023, Kelly ocupava o posto de comandante do 6º Batalhão, chamado Batalhão da Espanada. À época, ela estava de férias e não é investigada por omissão em relação aos ataques extremistas. Porém, informações obtidas pelo *Correio* apontam que a militar foi citada pelo responsável da área de segurança da Câmara dos Deputados, Adilson Paz, em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR), no âmbito da investigação que corre no Supremo Tribunal Federal (STF).

Perguntado se no dia 8 ele chegou a ter algum tipo de contato com a coronel Cintia Queiroz, que à época era subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), Adilson disse que não, mas citou Kelly. “Com a coronel Cintia, especificamente, não. Eu entrei em contato com a coronel Kelly, que era a comandante do 6º

Batalhão”, disse ele.

Em seguida, o gestor afirmou que Kelly minimizou a situação poucas horas antes de os ataques acontecerem. “Ela respondeu que estaria com o efetivo, com as especializadas e que o grupo ficaria ali na Avenida José Sarney. Não desceria para a Rua das Bandeiras. A Rua das Bandeiras é um pouco mais próxima do Congresso Nacional. Então ele ficaria um quadrante acima. Foi essa a resposta dela”, declarou Adilson na oitiva.

Durante as férias em 2023, Kelly foi substituída pelo major Flávio Alencar, que chegou a ser preso preventivamente e hoje responde ao caso em liberdade, cumprindo medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Atualmente, a oficial tem cargo comissionado na Subsecretaria de Operações Integradas — Sopi.

Procurados pela reportagem, o governador Ibaneis Rocha e a PMDF não se manifestaram até o fechamento desta edição. Já a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal afirmou que não comenta sobre investigações e processos judiciais em andamento.

Julgamentos

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que a Corte não vai esmoecer no julgamento dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Segundo o magistrado, encerrada a fase de apresentação de denúncias e produção de provas contra mentores dos ataques, o tema será pautado “imediatamente” na Casa.

“Feita a denúncia, vai haver a

Sergio Lima/AFP



Extremistas durante os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023

produção das provas e, concluída a produção de provas, é que vai haver o julgamento pelo Supremo. Se terminar a produção de provas, eu vou pautar imediatamente”, disse Barroso, na quinta-feira, durante o Brazil Economic Forum, promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Zurique, na Suíça.

Os suspeitos de terem relação com os atos de 8 de janeiro foram divididos em quatro grandes grupos, por tipo de envolvimento: executores da invasão e depredação, incitadores, financiadores e autoridades. Até agora, somente os dois primeiros blocos tiveram

julgamento e punição.

Barroso destacou que ainda não houve denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre o caso. “É a partir daí que começa a ação penal e começa a atuação jurisdicional do Supremo”, declarou.

Segundo o ministro, nada impede que as ações possam ir para o plenário da Corte, caso a 1ª Turma do Supremo opte por enviar ao colegiado maior, de 11 integrantes.

“Pelo regimento interno atual, essa é uma matéria de competência da Turma. A menos que a Turma decida transferir ao plenário. O que poderia dizer é que essa seria

Renato Alves/ Agência Brasília



A tenente-coronel Kelly de Freitas é suspeita de obstrução de Justiça

Na avaliação do presidente do STF, no entanto, casos como o dos atos golpistas causam tensão entre os Três Poderes. “Temos os julgamentos do 8 de janeiro, que sempre causam algum grau de tensão. E, mais recentemente, as investigações de uma possível tentativa de golpe, segundo a imprensa”, frisou.

Presente no evento, o ministro Gilmar Mendes também comentou o caso. “Não raras vezes, isso (o controle de constitucionalidade) se faz em face de emendas constitucionais, às vezes aprovadas por quase unanimidade. Aqui e acolá, podem apontar exageros. Mas isso é levado ao Supremo. É um trabalho, portanto, difícil, espinhoso e que provoca tensões”, admitiu.

Indiciados

Este ano, a Justiça também se prepara para o inquérito da Polícia Federal que indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 acusados por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. A denúncia está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na investigação, agentes da PF recuperaram arquivos deletados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o plano “Punhal Verde e Amarelo”. A suposta trama golpista previa reverter o resultado das eleições de 2022, além do planejamento de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes.